



## **Proposta de Plano de Segurança para Port-au-Prince 2023**

Esta proposta metodológica de abordagem da mais recente crise de segurança vivida em Port-au-Prince tem como objetivo pontuar alguns elementos de reflexão que o governo brasileiro poderia levar em consideração caso tenha a possibilidade de incluir na agenda de debates do mês de outubro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, na qualidade de Presidente do Conselho.

A crise atual de segurança não é a primeira da capital Port-au-Prince. Ao contrário, é o resultado de uma sequência de crises anteriores não suficientemente problematizadas ou enfrentadas com a metodologia que a gravidade exigia e que, somadas em seu conjunto, culminaram em um bloqueio da capital e o fechamento da fronteira com a República Dominicana. Problematizar o contexto e os principais atores e instituições irradiadoras da desestabilização das forças de segurança na capital ajudará o governo brasileiro a propor uma estratégia qualificada a respeito de ações de curto, médio e longo prazo que devem ser tomadas na capital haitiana para a garantia do bem estar e das condições mínimas de segurança da população, bem como do corpo diplomático que lá reside.

### **1. Contextualização da insegurança gerada pela falta do monopólio do uso da violência**

#### **a) Violência estrutural das sociedades coloniais**

O uso da violência como arma política de resposta imediata dos povos à agressão gerada pelo poder estatal já foi amplamente teorizado pelas ciências sociais contemporâneas. Destacamos aqui o pensamento de Frantz Fanon<sup>1</sup>, segundo o qual, tanto o colonialismo, para se impor, como as forças revolucionárias que o depuseram, fizeram uso da violência como estrutura fundamental do processo. Portanto, a violência é a pedra original de fundação das sociedades coloniais. Removê-la implica também utilizá-la.

Por essa razão teórica, a rebelião que sacudiu a ilha de *Saint Domingue* por 13 anos (de 1791 a 1804) e que culminou na expulsão dos colonos franceses construiu no imaginário da nação haitiana a sensação sistematicamente validada pela cultura de que o uso da violência constrói e retira poder em um processo não dialético rumo à formação do Estado Democrático de Direito.

Apesar de ser extremamente importante retratar as razões históricas da divisão política do território haitiano, desde a gênese de seu Estado, como os Reinos de Petiòn, ao Sul e o de Henri Christophe, ao norte, em função do curto espaço de tempo que temos para apresentar uma proposta de Plano de Segurança para a cidade de Port-au-Prince, nossa análise irá fazer um recorte a partir da derrocada do regime dos Duvalier.

---

<sup>1</sup> FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.



A queda do regime dos Duvalier, em 1986, deu origem a uma acirrada disputa de poder político no Haiti. Somava-se ao cenário do fim da ditadura hereditária de 29 anos a possibilidade de volta de diversas lideranças políticas exiladas pelo Duvalierismo, dentre os quais se destacavam a família Manigat, fundadora do Partido RDNP (Rassemblement Démocrates Progressistes Nationaux); Gérard Pierre Charles, Suzy Castor, Rosny Smarth e outros fundadores da OPL – Organisation du Peuple en Lutte.

No entanto, o ator político que viria justificar a presença da MINUSTAH em território haitiano foi Jean-Bertrand Aristide. Ele foi o 40º governante haitiano desde 1804, quando o país se tornou independente da França. Para termos uma ideia do histórico dos antecessores de Aristide e da instabilidade institucional do Haiti até a chegada de Aristide ao poder, em 1991, é importante destacar que, dentre os chefes de Estado:

“(...) um suicidou-se (o segundo monarca do país recém independente, o Rei Henri Christophe); 27 foram destituídos ou levados a renunciar, por forçar de golpes de Estado ou pressões da oposição; quatro foram assassinados; três outros (o General Alexandre Pétion, em 1818, Jean-Baptiste Riché, em 1847, e François Duvalier, em 1971) tiveram morte natural, durante o exercício de mandatos vitalícios; e três durante o cumprimento de mandatos não-vitalícios (Philippe Guerrier, em 1845, Florvil Hyppolite, 1896, e Trancède Auguste, em 1913). Em 186 anos de vida como Estado independente, o Haiti só teve, portanto, um Chefe de Estado, Ertha Pascal-Trouillot, que chegaria ao termo de mandato constitucional. Nomeada, em 1990, com base na Constituição de 1987, após a renúncia do General Prosper Avril, Pascal-Trouillot, juíza da Suprema Corte, assumiu a chefia de um governo provisório, permanecendo no poder até fevereiro de 1991, quando Aristide prestou juramento como Presidente da República (CÂMARA, 1998, p. 13)”.

A derrocada do Duvalierismo por uma rede heterogênea de forças políticas, inclusive oriundas da diáspora haitiana, teve como consequência mais um período de grande instabilidade política no país. Do fim do regime de Baby Doc (Jean Claude Duvalier), em 1986, até o momento em que Jean-Bertrand Aristide assumiu o Palácio Nacional em Port-au-Prince, em 1991, ocorreram seis mudanças na presidência do Haiti. Em um primeiro momento, o general Henri Namphy governou de 7 de fevereiro de 1986 a 7 de fevereiro de 1988. Um processo eleitoral polêmico elegeu Leslie Manigat, que ocupou a frente do poder executivo por pouco mais de cinco meses, até 20 de junho de 1988, quando o general Henri Namphy liderou um golpe de estado e, mais uma vez, assumiu a presidência por um curto espaço de tempo. Em 17 de setembro de 1988, o general Prosper Avril (figura tida como de confiança do Jean-Claude Duvalier e membro de sua guarda presidencial) depôs Namphy e governou até 10 de março de 1990, quando manifestações populares forçaram-no a deixar o país. Assim, a presidência ficou a cargo do general Hérard Abraham, que, após três dias à frente do país, renunciou e transferiu o poder para Ertha Pascal-Trouillot, então chefe do judiciário, primeira mulher a assumir a presidência do país e que conseguiu levar o Haiti ao processo eleitoral que elegeu Jean-Bertrand Aristide (CÂMARA, 1998, p. 55-56). Ou seja, o fim da ditadura hereditária dos Duvalier não se converteu em estabilidade institucional, social e, muito menos, política.



A OEA, a partir de 1986, com o fim do duvalierismo, passou a adotar um modelo multilateral e intra-americano. Com o golpe contra Aristide, em 1991, a OEA publicou uma série de resoluções com o intuito de promover a redemocratização do país. Dentre elas, a Resolução 2/91, de 8 de outubro de 1991, denominada Apoio à Redemocratização do Haiti, que “(...) exortou os países americanos a congelarem seus ativos do Estado haitiano e recomendou que os Estados membros da OEA adotassem um embargo comercial contra o Haiti, do qual somente estariam isentos os componentes de caráter humanitário (CÂMARA, 1998, p. 81)”.

Além disso, a OEA esteve, conjuntamente com a ONU, à frente da International Civilian Mission in Haiti (MICIVIH). A missão contou com 300 observadores internacionais que tinham o principal objetivo de zelar e monitorar a condição dos direitos humanos no país, sobretudo nas áreas do direito à vida e liberdade pessoal, de expressão e associação (CÂMARA, 1998, p. 128).

A partir da década de 90, com a retomada do multilateralismo na política mundial, o Conselho de Segurança das Nações Unidas passou a debater a instabilidade no país e a propor algumas resoluções para a contenção da crise. Desde este período, o Haiti foi destino de oito resoluções por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>2</sup>, conforme disposto na tabela logo abaixo. Cada uma delas, apesar de possuir diferentes mandatos e missões, estiveram diretamente relacionadas e tiveram como motivação a instabilidade política e social que historicamente tem afetado o país.

Intervenção	Início	Término
United Nations Observer Group for the Verification of the Elections in Haiti (ONUVEH)	Outubro de 1990	Janeiro de 1991
International Civilian Mission in Haiti (MICIVIH)	Fevereiro de 1993	Outubro de 1993
United Nations Mission in Haiti (UNMIH)	Setembro de 1993	Junho de 1996
United Nations Support Mission in Haiti (UNSMIH)	Julho de 1996	Julho de 1997
United Nations Transition Mission in Haiti (UNTMIH)	Agosto de 1997	Novembro de 1997
United Nations Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH)	Dezembro de 1997	Março de 2000
Força Interina Multinacional (MIF)	Fevereiro de 2004	Abril de 2004
United Nations Stabilization Mission in Haiti (Minustah)	Abril de 2004	13 de abril de 2017

<sup>2</sup> Fonte: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>



### c.1) O retorno de Aristide

Em 7 de fevereiro de 1991, Aristide assumiu a presidência do país em uma eleição em que obteve 67,48% dos votos (CÂMARA, 1998, p. 60). Eleito pelo recém criado partido Lavalas, o então candidato chegou ao Palácio Nacional trazendo propostas de reformas sociais com a bandeira do crescimento com equidade e com uma proposta política econômica que fazia face às políticas neoliberais de austeridade impostas pelo Fundo Monetário Internacional e uma postura fortemente anti-duvalierista.

Contudo, um golpe militar, liderado pelo general Raoul Cedras, foi responsável por removê-lo da presidência, em 29 de setembro de 1991, antes mesmo de completar o primeiro ano de mandato, mostrando mais uma vez a constante disjunção entre as forças armadas e o poder executivo no Haiti. Após o golpe militar que o tirou da presidência, Aristide buscou asilo político nos Estados Unidos. No exílio, o presidente deposto conseguiu o apoio da OEA e da ONU, que impuseram sanções econômicas ao país com a finalidade de forçar seu retorno à presidência. Em outubro de 1994, 21 mil soldados das tropas de uma força multinacional autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas entraram em território haitiano com o objetivo formal de restaurar a ordem constitucional e garantir a devolução do mandato de Aristide. No mesmo ano, em um polêmico decreto presidencial, influenciado por sua desconfiança das lideranças militares, Aristide extinguiu as Forças Armadas Haitianas acusando-a como a principal responsável pela instabilidade política do país. Tal decisão, que visava proporcionar um ambiente político mais estável, na realidade, teve um efeito contrário ao esperado, uma vez que muitos militares, principalmente aqueles de patente mais baixa, se viram desempregados repentinamente. Armados e frustrados, muitos deles acabariam se envolvendo em atividades ilícitas e também nas sucessivas tentativas de golpe de Estado ao presidente Aristide, dentre as quais a de 17 de dezembro de 2001, que acabou frustrada por uma intensa mobilização popular (SPRAGUE, 2012, p. 138).

Ao mesmo tempo, Aristide criou a Polícia Nacional Haitiana, popularmente chamada de PNH, que se tornaria uma organização conhecida, antes da chegada da MINUSTAH, pela sua violência e despreparo, além de temida pela população, conforme mostra o relatório Haiti: Voices of the Actors - A Research Project on the UN Mission:

“When Minustah arrived in 2004, the HNP had serious problems: without enough manpower to guarantee security, police officers were badly equipped, had scarce resources and were poorly trained, in addition to being politicized. It is also widely known that the last police promotions under Aristide’s government were made up of “chimères” or Aristide militias. It has been estimated that close to 25% of the force is corrupt, in addition to being responsible for human rights violations (GAUTHIER, BONIN, 2008, p. 7).”

Vale destacar que as medidas de dissolução das forças armadas, iniciadas em 1995, viriam compor, quase uma década depois, o cenário das causas que justificaram pelos menos três fatores fundamentais e estruturantes do mandato determinado à Minustah: a) promoção do desarmamento da população; b) desarticulação dos grupos armados e das



gângues; c) e a reestruturação e treinamento da Polícia Nacional Haiti. Após a conclusão de seu mandato, o partido de Aristide elegeu para a presidência do Haiti, em 1995, seu sucessor e aliado, René Préval e sua influência garantiu uma ampla margem de vantagem – 88% dos votos daquele pleito (CHAVES, 2008, p. 65). É interessante notar que Préval se tornaria o segundo presidente eleito democraticamente a governar ininterruptamente todo o mandato para o qual foi eleito. O primeiro foi o General Nissage Saget, que governou o país de 1869 a 1874<sup>3</sup>.

#### **4. Aumento da instabilidade e a chegada da Minustah**

Em 2000, nos últimos meses de governo de René Preval, um processo eleitoral controverso levou Aristide mais uma vez à presidência do Haiti. As alegações das organizações políticas de oposição de fraude eleitoral durante as eleições para deputados e senadores motivaram um movimento de boicote ao pleito eleitoral para presidência, que, um ano depois, elegeria Aristide. Segundo dados oficiais, o candidato do Fanmi Lavalas obteve a ampla margem de 91,81% dos votos válidos<sup>4</sup>, ou seja, mais de 2,6 milhões de eleitores. O candidato que obteve a segunda colocação, Arnold Dumas, obteve pouco mais de 56 mil votos, o que correspondeu a apenas 2% do colégio eleitoral daquele pleito.

Entretanto, a OEA e a União Europeia não reconheceram a vitória de Aristide. Ao contrário do que se poderia acreditar, a “vitória avassaladora” de Aristide nas urnas não se converteu em estabilidade e, muito menos, em legitimidade política para o seu mandato. Devido ao impasse político criado pela falta de legitimidade do governo, eclodiram, em 2004, conflitos armados em várias cidades do país, provocando, no dia 29 de fevereiro, a queda de Aristide e seu exílio na República Centro-Africana e, posteriormente, na África do Sul.

No mesmo dia da deposição de Aristide, poucas horas depois, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução de número 1529 (2004), que instituiu, a pedido do recém nomeado presidente interino do Haiti, Boniface Alexandre, a Força Interina Multinacional (MIF) para o Haiti. A criação deste componente militar baseou-se no Art. 42 do Cap. VII da Carta das Nações Unidas. Com a Força Multinacional Interina, as Organizações das Nações Unidas enviaram mais de 3,7 mil militares dos Estados Unidos, Canadá, França e Chile para o Haiti. Segundo a resolução que criou este componente militar, o objetivo da MIF era de:

(a) To contribute to a secure and stable environment in the Haitian capital and elsewhere in the country, as appropriate and as circumstances permit, in order to support Haitian President Alexandre’s request for international assistance to support the constitutional political process under way in Haiti;

(b) To facilitate the provision of humanitarian assistance and the access of international humanitarian workers to the Haitian people

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.haiti-reference.com/histoire/notables/presidents.php>

<sup>4</sup> Fonte: <http://edition.cnn.com/WORLD/election.watch/americas/haiti1.html>.



in need;

(c) To facilitate the provision of international assistance to the Haitian police and the Haitian Coast Guard in order to establish and maintain public safety and law and order and to promote and protect human rights;

(d) To support establishment of conditions for international and regional organizations, including the United Nations and the Organization of American States, to assist the Haitian people;

(e) To coordinate, as needed, with the OAS Special Mission and with the United Nations Special Adviser for Haiti, to prevent further deterioration of the humanitarian situation<sup>5</sup>.

Em seus três meses de existência, a Força Interina Multinacional preparou o terreno para a entrada de uma missão das Nações Unidas mais duradoura e estruturada. Assim, no dia 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas instituiu a criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, mais conhecida como MINUSTAH. Segundo a resolução, a Missão teve objetivos distribuídos em três grandes eixos: i) Segurança e Ambiente Estável; ii) Processo Político; e iii) Direitos Humanos.

A MINUSTAH teve também, em sua estrutura de funcionamento, dois componentes fundamentais: o primeiro, componente civil, que esteve a cargo do Secretariado Geral das Nações Unidas, e que desenvolveu atividades programáticas e de cooperação com o Haiti, como aquelas nas áreas de direitos humanos, justiça, prevenção do HIV/aids e desarmamento. O segundo componente foi o militar, do qual o comando esteve sob a responsabilidade do Brasil de 2004 a 2017.

Ambas as áreas da MINUSTAH tiveram a supervisão de Representantes Especiais do Secretário Geral das Nações Unidas. A MINUSTAH contou, em seu quadro de profissionais militares, com 8.422, sendo 5.986 soldados de 20 diferentes nacionalidades e 2.436 policiais de 43 nacionalidades, 2.522 policiais da Polícia das Nações Unidas (UNPOL), 391 funcionários civis internacionais, 1.252 funcionários civis locais e 173 Voluntários das Nações Unidas (UNV - United Nations Volunteers)<sup>6</sup>.

Destacaremos aqui a metodologia de longo prazo adotada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a partir de 2004 que deu origem à MINUSTAH, dentro da qual o Brasil exerceu, de forma ininterrupta, a liderança militar, de 2004 a 2017.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2004/sc8015.doc.htm>

<sup>6</sup> Fonte: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/facts.shtml>



## b) MINUSTAH

A população haitiana, em especial de Port-au-Prince, conviveu, desde 2004, com tropas estrangeiras em seu território. Com o objetivo inicial de controlar as forças políticas de oposição ao segundo mandato de Jean Bertrand Aristide (2000-2004), contingentes militares atuaram oferecendo suporte logístico ao governo interino de Boniface Alexandre e de Gerard Latortue, então primeiro-ministro. A transição política entre o 2º. mandato de Aristide e o governo Boniface Alexandre/Gerard Latortue foi eivada de contradições. A começar pela saída forçada do ex-Presidente Aristide<sup>7</sup> do poder como única solução possível para a crise. Asilado na República Centro-Africana e, em seguida, na África do Sul, a trajetória política do ex-presidente foi abortada de forma abrupta e deixou a política haitiana imersa em um vazio de representatividade política, difícil de contornar naquele momento. Tão ou mais questionável foi a prisão irregular de seu primeiro-ministro, em 2004, Yvon Neptune, que, sem mandato ou acusação formal, foi mantido na Penitenciária Nacional do Haiti por mais de 2 anos consecutivos, obtendo liberação apenas por meio de decisão da Corte Interamericana dos Direitos Humanos<sup>8</sup>.

O cenário político pós-Aristide seguiu, a despeito da presença das forças militares aprovadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, repleto de violações graves aos direitos humanos<sup>9</sup>, assassinatos e prisões irregulares ocorridas entre 2004 e 2006, de mais de 117 membros chefes políticos do Partido Político Fanmi Lavalas<sup>10</sup>.

As metas de desempenho da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti a partir do cumprimento da Resolução 1542 aprovada por unanimidade no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 30 de abril de 2004, se referiam a:

- a) Apoiar o governo de transição, assegurar um ambiente estável e seguro dentro do processo político e constitucional que deve ter lugar no Haiti;
- b) ajudar o Governo de transição na supervisão, reestruturação e reforma da Polícia Nacional do Haiti, de acordo com as normas do policiamento democrático, inclusive por meio da habilitação e certificação de seu pessoal, aconselhando sobre sua reorganização e formação, incluindo a formação de gênero, bem como membros acompanhamento / tutoria da Polícia Nacional do Haiti;
- c) Desmobilizar, Desarmar e Reintegrar à Vida política do país os grupos armados de oposição ao governo;
- d) ajudar com a restauração e manutenção do Estado de direito, segurança e ordem pública no Haiti através da prestação, nomeadamente, operacional apoio à Polícia Nacional

<sup>7</sup> A primeira vez que Aristide foi obrigado a sair da presidência do Haiti, em 1991, ocorreu devido ao golpe de Estado encabeçado pelo então General Raoul Cédras.

<sup>8</sup> Ver sentença de 6 de maio de 2008 da Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Ver também JENS, IVERSON. Eight Perspectives on Yvon Neptune v. Haiti. Hastings International and Comparative Law Review, volume 32, issue 2, p. 611-637, ISSN 0149-9246 (2009)

<sup>9</sup> Ver CAVALLARO, James. Mantendo a paz no Haiti? uma avaliação da missão de estabilização das Nações Unidas no Haiti usando o cumprimento de seu mandato como parâmetro de sucesso. Cambridge, MA: Harvard Law Student Advocates for Human Rights; Rio de Janeiro, São Paulo: Centro de Justiça Global, mar. 2005.

<sup>10</sup> Para a lista destas prisões arbitrárias, ver <http://www.ijdh.org/pdf/headline1-10-07.pdf>. Último acesso em 21 de setembro de 2023.



Haitiana e da Guarda haitiana, bem como com seu fortalecimento institucional, incluindo o restabelecimento das correções do sistema;

e) proteger civis sob ameaça iminente de violência física, dentro de sua capacidade e áreas de implantação, sem prejuízo das responsabilidades do Governo de Transição e das autoridades policiais;

Ao analisar cada uma das metas propostas, pode-se dizer que elas foram parcialmente cumpridas, pois o primeiro objetivo foi alcançado com a controvertida “vitória”<sup>11</sup> de René Prével, em 2006. Prével cumpriu seu mandato até 2011, foi sucedido por Michel Martelly, sob forte contestação técnica e política a respeito de sua vitória, desde a irregularidade das cédulas eleitorais, até a contagem dos votos, seguida de sucessivas ondas de pressão da comunidade internacional<sup>12</sup>. Com notável desconsideração à candidata supostamente derrotada neste pleito, Mirlande Manigat, o governo de Martelly, ilegal desde a sua concepção até o seu término, seguiu avançando em uma série de rompimentos da ordem democrática, mesmo o país estando sob o mandato de uma Missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

#### **b.1) PNH sob o governo de Martelly:**

Para observadores (as) externos que realizaram uma análise de processo em relação à PNH, de 2004 a 2011, foi notável a reformulação da Polícia Nacional Haitiana. Com o suporte técnico e financeiro do Canadá, a PNH conseguiu atuar em padrões muito superiores ao verificado em 2004, incluindo a efetivação de uma política de equidade de gênero em seu corpo administrativo, mesmo que abaixo do que poderíamos considerar como adequado.

Apesar disso, um dado importante para a análise crítica a que se propõe esta **Proposta de Plano de Segurança para Port-au-Prince 2023** é o fato de a vulnerabilidade ter aumentado no Haiti após a vigência da Missão, segundo dados da Fund for Peace<sup>13</sup>. Em 2013, especialmente nos níveis de pressão demográfica para a saída do país, o Haiti apresentava uma taxa de 9.6 em uma escala de 10. Na variável “grupos em busca de vingança” (7/10); pobreza e declínio econômico (9.6/10); deterioração progressiva de serviços públicos (9.6/10) e intervenção de atores externos (9.9/10), os índices haitianos estiveram muito acima do suportável. Estes indicadores que, a princípio, estariam indiretamente cobertos pela Missão, em razão dela se encarregar de “ajudar com a restauração e manutenção do Estado de direito” e a proteger civis, se deterioraram em uma década da vigência da MINUSTAH, o que nos faz refletir que o mandato aprovado pelo

<sup>11</sup> O Brasil teve um papel decisivo na mobilização de outras autoridades diplomáticas e instituições multilaterais presentes em Port-au-Prince para conseguir apoio político para o reconhecimento da “vitória” de René Prével sem a realização do segundo turno, previsto constitucionalmente e pelo Conselho Eleitoral Provisório. Destacamos aqui apenas uma reportagem que retrata a repercussão negativa desta atitude: [https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/02/printable/060215\\_garciahaitibrasilas](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2006/02/printable/060215_garciahaitibrasilas). Último acesso em 21 de setembro de 2023

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, a veiculação da narrativa de vitória de Michel Martelly na grande mídia no Brasil: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/emissario-da-onu-no-haiti-clinton-diz-que-eleicoes-foram-pequeno-milagre.html>

<sup>13</sup> Ver <http://ffp.statesindex.org/rankings-2013-sortable>.





Conselho de Segurança propôs metas modestas e emergenciais, as quais, mesmo que cumpridas na sua integralidade, não foram capazes de retirar o país da condição de vulnerabilidade, o que, potencialmente, indicava a emergência de renovados conflitos armados. Em 2017, ao final da MINUSTAH, o Haiti figurava como o 11o. país mais frágil do mundo, com uma desigualdade econômica no seu maior índice: 9,9, em uma escala de 10<sup>14</sup>, o que nos faz refletir para onde caminhará a crise haitiana nos próximos 5 anos.

De acordo com as reflexões de Daniela Nascimento, para reduzir a probabilidade de conflito e promover uma paz sustentável em um contexto como o haitiano é essencial promover um desenvolvimento inclusivo, reduzir desigualdades de grupo e combater o desemprego no imediato pós-conflito. Isto significa que é fundamental definir medidas que incluam uma dimensão estrutural de garantia de direitos econômicos e sociais de todos, nomeadamente no quadro dos acordos de paz.

De modo a responder às necessidades socioeconômicas mais urgentes das pessoas no pós-conflito, deve ser dada prioridade à garantia de bens, serviços e oportunidades sociais e econômicas à população. As prioridades ao nível das estratégias dominantes de paz e *peacebuilding* devem, pois, ser redefinidas e reorientadas nesse sentido, de modo a tornarem-se mais sustentáveis e eficazes (NASCIMENTO, 2013, pp. 70-71).

## **5. Cronologia da crise haitiana pós MINUSTAH**

### **5.1) 509 Phantom**

Após anos de deterioração das condições de trabalho dos policiais haitianos, o grupo “509 Fantom” começou a protestar a partir de maio de 2020 de forma violenta contra as instituições governamentais. A crise se aprofundou com a prisão de um dos líderes do movimento e na proibição de os policiais reivindicarem seus direitos. Vale dizer que o salário dos policiais da PNH sempre foi muito baixo e muitas vezes, muitos deles, iam trabalhar sem ter feito nenhuma refeição. A situação se deteriorou rapidamente em Delmas e Pétienville, com ataques violentos a estabelecimentos comerciais e tentativa de liberação de presos políticos. A embaixada americana em Port-au-Prince considerou o grupo 509 Phantom como uma organização terrorista.

### **5.2) Eleições Presidenciais e reforma constitucional no Haiti**

Os movimentos populares anti-Jovenel Moïse nas ruas de Port-au-Prince se aprofundaram ao longo dos primeiros meses de 2021 juntamente com o debate sobre a Reforma da Constituição Haitiana no que se referia ao reequilíbrio de poder do Estado e a mudança do regime parlamentarista da nação. Um grande levante popular contra a permanência de Moïse dialogou com sua própria controvertida vitória em 2016 e a interferência das Nações Unidas por meio de seu Assessor Especial para o Haiti, Bill Clinton, que retardaram o processo eleitoral no Haiti em um ano, fazendo tanto com que o

<sup>14</sup> <https://fragilestatesindex.org/excel/>. Último acesso em 21 de setembro de 2023.



ex-presidente Michel Martelly prolongasse irregularmente o seu mandato quanto Moïse entrasse com um ano de atraso em seu mandato. Diversos setores organizados da sociedade haitiana entenderam que, independentemente da interferência do Enviado Especial, o prazo constitucional para as eleições deveria ser 2020 e não 2021 e que o novo presidente deveria exercer o poder sob a égide da nova Constituição Haitiana. Em meio a fortes protestos diários contra o seu mandato, diversos grupos armados espalharam-se por Delmas, especialmente o 509 Phantom. Além de lutarem pelo direito à sindicalização na PNH, os grupos também depredaram e atearam fogo nas próprias instituições do Estado haitiano. A despeito da prisão de várias lideranças do grupo, os protestos escalaram cada vez mais e, a partir de março, acusações ao 509 Phantom se misturaram aos crescentes protestos ao mando de Moïse. Listamos aqui alguns eventos significativos:

- a) incêndio e depredação na concessionária Universal Motors, do empresário Pierre Réginald Boulos, feroz oponente de Jovenel Moïse, em Delmas, em 17 de março de 2021 - [https://mail.haitienmarche.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11562:delmas-incendie-et-pillage-de-la-universal-motors-reginald-boulos-d-enonce-un-acte-planifie&catid=15&Itemid=280](https://mail.haitienmarche.com/index.php?option=com_content&view=article&id=11562:delmas-incendie-et-pillage-de-la-universal-motors-reginald-boulos-d-enonce-un-acte-planifie&catid=15&Itemid=280);
- b) em 7 de julho de 2021, o Presidente Jovenel Moïse foi assassinado em sua residência oficial. Sua esposa também foi atingida, mas conseguiu sobreviver.

### **5.3) G9 an Fanmi e Alye – análise da liderança de “Barbecue”**

Do movimento 509 Phantom surgiram diversas lideranças políticas, dentre as quais, a de “Barbecue” que adquiriu importância ainda maior após o assassinato do Presidente Jovenel Moïse. Aliado da ex-primeira-dama e sobrevivente Martine Moïse, Barbecue protagonizou diversas cenas de violência em Port-au-Prince ao longo do ano de 2021.

A ascensão da performance política do ex-policial e líder do movimento G9 an Fanmi e Alye, Jimmy Chérizier, popularmente conhecido como “Barbecue”, protagonizou os seus embates políticos contra o governo provisório de Ariel Henry, alçado ao poder após o assassinato do Presidente Jovenel Moïse.

Como forma de pressão política para a saída de Ariel Henry, cada vez mais as gangues armadas passaram a atacar setores chave de Port-au-Prince.

### **5.4) Bwa Kale**

Como forma de resistência espontânea, popular e comunitária, surgem nas ruas de Port-au-Prince, no início do ano de 2023, o movimento *bwa kale* para se contrapor às gangues fortemente armadas as quais, além de bloquearem pontos estratégicos da capital, agem por meio de sequestros como forma de garantia de recursos financeiros de forma rápida. Em contextos nos quais um sistema judiciário imparcial e impessoal nunca foi plenamente implementado, como em Port-au-Prince, a violência atua como reguladora das



relações pessoais, mas o Estado precisa deter o monopólio do uso da violência, motivo pelo qual, nossa proposta indica uma ampliação do contingente da PNH, dado todo o esforço institucional e multilateral já realizado para a sua consolidação. Recomendamos também que, para uma maior compreensão das estratégias do movimento bwa kale, que o governo brasileiro busque uma interlocução com Nèg Arab, um dos líderes desse movimento e distribuidor de facões à população como arma de defesa<sup>15</sup>.

## 6. Implantar a democracia e lidar com as crises políticas

Nosso plano de Segurança para a cidade de Port-au-Prince não visa projetar uma ação de segurança de forma descontextualizada como muitas soluções já apresentadas para o Haiti, as quais, infelizmente, não resultaram em aumentos significativos dos índices de bem estar e diminuição dos crimes relacionados à vida. Entendemos que qualquer postura metodológica que se apresente para o enfrentamento da violência na capital haitiana deva levar em consideração o enraizamento profundo da política (partidária ou não) e os usos da violência como instrumento da política, seja ela partindo do Estado, das Forças Policiais, seja por parte dos partidos políticos, de gangues armadas ou de movimentos rápidos e reativos contra a criminalidade espraiada pela perda rápida, por parte do Estado, do monopólio do uso da violência.

Entendemos que o colonialismo e o racismo são faces de uma mesma moeda. No momento em que a arquitetura internacional construiu o desenho do multilateralismo, seu principal mentor, Woodrow Wilson, político declaradamente racista e anti-feminista, também o edificou sob bases racistas, as quais detalharemos logo em seguida. O comportamento abusivo de Wilson às minorias raciais dentro dos Estados Unidos e aos povos negros do Caribe fizeram com que o Conselho Administrativo da Universidade de Princeton retirasse seus status de cânone das Relações Internacionais e seu nome não constasse mais como título de sua Escola de Relações Internacionais<sup>16</sup>. Enquanto seus 14 pontos eram ovacionados nos mais altos círculos políticos e intelectuais de Paris no final da 1a. Guerra Mundial, com metodologias universais de construção da paz, o Haiti e a República Dominicana, países eminentemente negros do Caribe, estavam sofrendo invasões armadas dos Estados Unidos, desde 1914, início da 1a. G.M. No Haiti, esta invasão foi bárbara, incluindo o roubo de U\$ 500 mil em ouro levados em caixotes de madeira do Banco Nacional Haitiano por soldados americanos para o cofre de Wall Street coordenada pelo

---

<sup>15</sup> Ver:

[https://www.youtube.com/watch?v=XW15VZJUk2k&ab\\_channel=%C3%89choHa%C3%AFtiM%C3%A9dia](https://www.youtube.com/watch?v=XW15VZJUk2k&ab_channel=%C3%89choHa%C3%AFtiM%C3%A9dia)

<sup>16</sup> Ver:

<https://oglobo.globo.com/mundo/princeton-removera-nome-do-ex-presidente-woodrow-wilson-de-escola-por-politicas-racistas-24503552> e <https://www.poder360.com.br/internacional/contra-racismo-universidade-de-princeton-retira-homenagem-a-woodrow-wilson/>



banco que mais tarde viria a ser o CitiGroup, de acordo com investigações do The New York Times<sup>17</sup>.

Além disso, a invasão norte-americana, que oficialmente durou 19 anos (1915-1934), impediu que cidadãos haitianos ocupassem o seu direito legitimado pela ordem westphaliana de exercerem o controle político de seu território. Ao mesmo tempo, foi na administração de Woodrow Wilson que a lei de segregação racial de alguns Estados dos Estados Unidos se federalizou.

Quando o multilateralismo se materializou, seja sob a forma institucional da Liga das nações ou das Nações Unidas, o princípio frágil de igualdade entre os Estados colidiu com as estruturas de poder dos países colonialistas ou imperialistas. Na década de 60, quando as lutas de libertação colonial eclodiram em todo o continente africano, as fronteiras coloniais se deslocaram para os organismos internacionais.

Portanto, o multilateralismo possui, em sua gênese, uma característica política de não reconhecimento da violência colonial contra os países negros. Quando eles foram “autorizados” a participar da Assembleia Geral das Nações Unidas no momento de sua independência, depararam-se com estruturas de poder nocivas ao seu desenvolvimento, ao seu poder de participação e à sua soberania.

Se levarmos em consideração o volume de Missões de Paz autorizadas pelo Conselho de Segurança a partir da década de 90, com o uso da Força (Cap. VII), 90% ocorreu em territórios negros, infantilizando ou inviabilizando a soberania desses países sob a alegação de construção da paz que efetivamente nunca se concretizou. A violência de todo esse processo de intervenção internacional aliada às lutas não finalizadas de derrocada do colonialismo tornou dezenas de países africanos e caribenhos inviáveis do ponto de vista de construção de um Estado Democrático de Direito.

- 1991 UN Angola Verification Mission II (UNAVEM II)
- 1991 UN Advance Mission in Cambodia (UNAMIC)
- 1992 UN Protection Force (UNPROFOR e UNPREDEP)
- 1992 UN Operation in Somalia I (UNOSOM I)
- 1992 UN Operation in Mozambique (ONUMOZ)
- 1993 UN Operation in Somalia II (UNOSOM II)
- 1993 UN Mission in Haiti (UNMIH)
- 1995 UN Angola Verification Mission III (UNAVEM III)
- 1995 UN Confidence Restoration Operation in Croatia (UNCRO)
- 1995 UN Preventive Deployment Force (UNPREDEP)
- 1995 UN Mission in Bosnia and Herzegovina (UNMIBH)
- 1996 UN Support Mission in Haiti (UNSMIH)
- 1997 UN Verification Mission in Guatemala (MINUGUA)
- 1997 UN Observer Mission in Angola (MONUA)
- 1997 UN Transition Mission in Haiti (UNTMIH)
- 1997 UN Civilian Police Mission in Haiti (MIPONUH)
- 1998 UN Civilian Police Support Group (UNPSG)
- 1998 UN Mission in the Central African Republic (MINURCA)

---

17

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/05/flagelo-do-haiti-tem-raizes-tambem-em-invasao-pelos-eua-orientada-por-wall-street.shtml>



- 1998 UN Observer Mission in Sierra Leone (UNOMSIL)
- 1999 UN Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK)
- 1999 UN Mission in Sierra Leone (UNAMSIL)
- 1999 Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste (UNTAET)
- 1999 UN Organization Mission in Democratic Republic of the Congo (MONUC)
- 2000 Missão ONU na Etiópia e Eritreia (UNMEE)
- 2002 Missão das Nações Unidas de Suporte ao Timor-Leste (UNMISSET)
- 2003 Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL)
- 2004 Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI)
- 2004 Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)
- 2004 Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB)
- 2005 Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS)
- 2011: UNSMIL (Líbia)
- 2011: MINUSS (Sudão do Sul)

Por todas as razões acima apresentadas, o Brasil não deve apoiar mais uma intervenção do Conselho de Segurança no Haiti pela simples razão de que estas medidas, cuja urgência é construída de maneira artificial, são, em si, um dos motivos de maior fragilidade da retomada da ordem institucional, segundo o 11o. indicador da Fund For Peace para o diagnóstico da fragilidade dos Estados. Para o ano de 2023, o Haiti encontra-se como o 10o. Estado mais frágil dentre os 179 países investigados - [https://fragilestatesindex.org/wp-content/uploads/2023/06/FSI-2023-Report\\_final.pdf](https://fragilestatesindex.org/wp-content/uploads/2023/06/FSI-2023-Report_final.pdf)

Não obstante, um plano de segurança é necessário para a situação de emergência que Port-au-Prince vive desde o ano de 2021 com o assassinato de Jovenel Moïse. Este plano deve carregar, em sua compreensão, os seguintes elementos essenciais para a leitura do contexto haitiano:

- a) O modo como os movimentos políticos se organizam no Haiti são frágeis e fluidos, muitas das vezes não adquirindo estrutura institucional partidária rígida. Assim, não trabalharemos com o conceito de Teoria Geral dos Partidos Políticos (DUVERGER, 1970), mas de movimentos políticos territorializados, sem Estatutos ou Regimentos Internos como o *Lavalas*, que sustentou a candidatura de Jean Bertrand Aristide em 1991, a *OPL*, do ex-primeiro Ministro Haitiano Rosny Smarth (1996-1997), o *Fanmi Lavalas*, que apoiou a candidatura de René Prèval em 1996, o *Lespwa* que apoiou a candidatura de René Prèval em 2006, o RDNP, que sustentou a candidatura de Mirlande Manigat em 2010, o *Repons Peysan* que apoiou a candidatura de Michel Martelly em 2010 e o PHTK que apoiou a candidatura de Jovenel Moïse em 2017, somente para citar alguns exemplos. É possível que grande parte destes movimentos políticos tenha dialogado ou construído acordos informais com gangues ou grupos armados para a garantia de sua existência no disputado território de poder que é a cidade de Port-au-Prince. A estrutura de ação dos *tontons macoutes* que funcionaram como a milícia armada do



duvalierismo de 1957 a 1986 migrou para o *modus operandi* dos *chimères* que atuaram como milícia armada em Port-au-Prince, especialmente em Bel Air, Citè Soleil e La Saline dos governos de Aristide. Muitos deles migraram para as estruturas da PNH. Apesar de ter sido criada em 1995 para substituir a extinção das Forças Armadas Haitianas, a PNH deteriorou-se rapidamente ao longo da própria erosão política do Estado haitiano ao longo da segunda metade da década de 90, sendo a violência um elemento estrutural de fundação do Estado haitiano cuja cultura política na capital haitiana a utilização do enfrentamento como sua espinha dorsal. A população de Port-au-Prince, em função de altíssimas taxas de desocupação, moradia extremamente precária, ausência de energia elétrica e ausência de serviços básicos públicos e gratuitos, como saúde e educação, move-se rapidamente para as ruas para protestos que podem resultar em violência quando alguma ação do governo ou de grupos armados extrapolam o limite do que culturalmente é entendido como razoável.

- b) A territorialização da política em Port-au-Prince (política sendo entendida como um espaço fluido de disputa que pode ou não se fazer valer de grupos armados com ou sem fidelidade aos líderes desses movimentos, cuja liderança também pode ser designada como fluida ou em disputa permanente) precisa ser adotada como uma premissa central para uma primeira abordagem de construção da paz nos territórios da cidade. Os grupos armados que ocupam determinados espaços da cidade, como Village de Dieu, por exemplo, o fazem por meio de um recuo de antigos grupos armados que, ou evadiram para outras áreas já ocupadas, construindo acordos de adesão ou realizando um confronto direto, ampliando o raio de influência de novos grupos armados, ou criam novos territórios “militarizados”. Desde o nosso ponto de vista, um local central que precisaria ser abordado em termos de desarmamento em Port-au-Prince seria a Village de Dieu, território em que a PNH já realizou diversas tentativas frustradas de desmantelamento das gangues que a dominam. Na última, datada de maio de 2023, a PNH não conseguiu capturar os seus líderes mais conhecidos “Izo 5 segond” e “Manno”.
- c) A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda para o policiamento ostensivo a relação de 1 policial para cada 350 pessoas. Atualmente, de acordo com dados não oficiais, a PNH conta com um efetivo de 9000 policiais. Levando-se em consideração a estimativa de 2,5 a 3 milhões de habitantes em Port-au-Prince, não existiria um *déficit* de policiais na capital haitiana. Teoricamente, estariam nos níveis considerados internacionalmente aceitáveis, com 1 policial para cada 333 habitantes.

Outras ações que a PNH está levando a cabo para o enfrentamento das gangues em Port-au-Prince também devem ser levadas em consideração pela Política Externa Brasileira, a saber:



- a) A PNH está recebendo cooperação técnica do México para operação com drones -  
[https://www.facebook.com/pnh.ht/videos/313228181310505?locale=pt\\_BR](https://www.facebook.com/pnh.ht/videos/313228181310505?locale=pt_BR);
- b) A PNH está obtendo relativo êxito em controlar o raio de ação das gangues nos arredores de Port-au-Prince, especialmente em Sodo e em Carrefour Feuille;
- c) A PNH lançou a UTAG - (Unidade Temporária Anti-Gang);

Quando os movimentos políticos possuem braços armados, a consolidação de lideranças é algo bastante delicado posto que os valores que orientam a confiança e a inexistência de estatutos ou da vontade de obedecer que, nos termos de Max Weber (1994), qualificam a legitimidade e, portanto, as relações políticas baseadas no não uso da violência.

Desse modo, algumas ações de cooperação do Brasil com o Haiti, neste momento de emergência, poderiam consistir em:

- a) Fortalecimento do sistema de justiça: a MINUJUSTH - Missão das Nações Unidas para apoio à Justiça no Haiti, cujo mandato durou 2 anos (de outubro de 2017 a outubro de 2019) e que sucedeu a MINUSTAH - poderia ser retomada sob bases regionais. Tomando como base a cooperação técnica na área de inteligência e prevenção de expansão de atuação das gangues por meio de drones já existente entre a PNH e a Polícia Mexicana, o Brasil poderia oferecer cooperação com o serviço de inteligência e investigação da Polícia Civil, em suas atribuições dispostas no Artigo 144 da Constituição Federal de 1988, nas áreas processuais no que se refere à construção de inquéritos policiais e sua remissão ao poder judiciário, com espelhamento de prazos processuais que garantam o acesso ao contraditório e ao devido processo legal para apuração de crimes contra a vida, associado ao fortalecimento do sistema prisional em Port-au-Prince. Recomenda-se que essa cooperação técnica seja feita com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e que discuta uma proposta de que o sistema de justiça haitiano possa ser validado em duas instâncias: uma comunitária, por meio de um Conselho de Sábios que envolva lideranças religiosas ecumênicas (especialmente Bispos da Igreja Católica e Sacerdotes Vodou) e outra oficial que poderia contar com a cooperação do Ministério da Justiça brasileiro;
- b) Investimento brasileiro em construção de mais presídios de acordo com as especificações técnicas de acessibilidade, permeabilidade do solo, conforto bioclimático e impacto ambiental de acordo com as Diretrizes Básicas para arquitetura penal do Brasil -  
<https://www.conjur.com.br/dl/resolucao-cnpcp-construcao-prisoas.pdf>;
- c) Construção de uma política dialogada a respeito do destino final dos criminosos das gangues: julgá-los, anistiá-los ou reassentá-los. O Brasil pode ser um bom ponto de reassentamento. Recomendamos que os criminosos das gangues de Port-au-Prince sejam julgados fora do Haiti para diminuir o



nível de tensão na cidade, tendo em vista que, por causa do movimento Bwa Kale, eles não sairão vivos do Haiti no pós-conflito;

- d) Convidar para assessorar o atual Comandante da PNH o seu Ex-Comandante Mario Andresol que foi demitido no governo Martelly por não aceitar a politização da PNH (ou ouvir as suas opiniões a respeito de um plano de segurança para PAUP). Para vários setores da sociedade haitiana, Andresol fez um excelente trabalho e ele mesmo tem emitido diversas opiniões sobre estratégias de contenção das gangues em Port-au-Prince;
- e) Propor a descentralização dos serviços da capital como as sedes das Embaixadas para o Cabo Haitiano ou para Jacmel 2024, tendo em vista que estas cidades estão menos suscetíveis à pressão demográfica de Port-au-Prince e às ondas sucessivas de desestabilização que a capital apresenta ao longo dos últimos 50 anos, ao passo que as cidades do Cabo Haitiano ou Jacmel apresentam níveis notáveis de segurança.

## **Iniciativa Brasil-Haiti**

A Iniciativa Brasil-Haiti - <http://iquiteria.org/iniciativa-brasil-haiti/> reitera que o governo brasileiro condene veemente as intervenções estrangeiras e racistas no Haiti. O governo brasileiro não pode cometer os mesmos erros do passado e agir de forma irrefletida sobre uma possível intervenção no Haiti. Nós acreditamos que o governo brasileiro possui maturidade, sabedoria, interlocução com a sociedade civil e tem elevado o nível das relações exteriores com os países do Sul Global. O Haiti deve ser a nossa prioridade na política externa. Devemos muito a este povo. No passado (de 2004 a 2017), enviamos apenas militares ao Haiti quando poderíamos, a exemplo do que ocorreu com Timor Leste, enviar professores (as), estudantes e aprofundar nossa cooperação técnico-científica. Recebemos mal os milhares de imigrantes haitianos que aqui chegaram a partir de 2010. Entregamos ao Ministério do Trabalho a responsabilidade de cuidar dos vistos humanitários aos haitianos, como se a imigração haitiana fosse destinada apenas ao trabalho braçal. Não exploramos as inúmeras possibilidades de ganhos com a cooperação bilateral com o Haiti na área da cultura, artes, ciência, desenvolvimento sustentável e co-criação de plataformas de compartilhamento do conhecimento em todas as áreas.

Os Estados Unidos não têm compromisso verdadeiro com o Haiti e está novamente realizando o mesmo jogo feito há 20 anos atrás, levando em consideração o início da MINUSTAH. Entretanto, dada a perspectiva estrutural da questão haitiana, faz-se elementar pontuar que intervenções dos Estados Unidos no Haiti datam de mais de um século. Sem mencionar, ainda, intervenções anteriores cometidas por outras potências. Portanto, há de se evidenciar que não soa coerente repetir uma lógica que há tempos não obtém resultados positivos na sua justificativa de ser e operar. Uma vez que o mundo mostra novos rumos no que tange à lógica de cooperação Sul-Sul, faz-se oportuno questionar se o caminho de uma intervenção endossada pela potência norte-americana traduz os interesses dos países que compartilham um histórico de colonização, escravidão e saques de suas riquezas.





Na ocasião do assassinato do Presidente haitiano Jovenel Moise, em 7 de abril de 2021, nosso grupo se mobilizou intensamente junto à Casa Branca para buscar apoio e a aplicação de uma política de salvaguarda a cidadãos haitianos ameaçados de morte e recebemos como resposta (extraoficial) que o governo dos Estados Unidos não protege cidadãos de outros países e que o assunto do Haiti seria tratado de forma global e estratégica em um momento posterior. Esta resposta foi similar à de outras chancelarias estrangeiras que buscamos: a de que eles não protegem cidadãos de outros países.

Nenhuma ação do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou da Casa Branca foi tomada para restabelecer um novo governo no Haiti que, diga-se de passagem, estava prestes a realizar eleições democráticas. Frente ao vácuo de poder e à falta de definição de qualquer horizonte para o restabelecimento da democracia, as gangues haitianas se articularam, sentindo-se à vontade para controlar territórios que a Polícia Nacional Haitiana se viu desmotivada a proteger, dados os baixíssimos salários atrasados e leis restritivas à sindicalização e luta pela defesa de direitos trabalhistas.

Entendemos que a relação bilateral Brasil - Haiti poderia estar focada na aplicação de um Plano Global de Desenvolvimento do Haiti, vetor estrategicamente importante para o fortalecimento do papel do Brasil na relação bilateral com o Haiti e no seu protagonismo regional.

Sabemos que o Brasil estabeleceu importantes iniciativas de Cooperação Sul-Sul com o Haiti que foram muito bem-sucedidas e reconhecidas pelo povo haitiano e instituições internacionais. O Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-Haiti<sup>18</sup>, lançado em seu mandato anterior com o objetivo de estabelecer uma parceria de longo prazo de desenvolvimento autônomo e sustentável para fortalecer o Estado e o povo haitiano - e, portanto, sua capacidade de responder aos desafios que se apresentavam por meio de projetos estruturantes com foco no fortalecimento institucional nas mais diversas áreas como agricultura e segurança alimentar e nutricional, meio ambiente, formação profissional, segurança e cidadania, infraestrutura e saúde - é um exemplo disso.

Vale destacar a iniciativa tripartite Brasil-Cuba-Haiti (Sul-Sul-Sul) para a reconstrução e fortalecimento do sistema de saúde e de vigilância epidemiológica do Haiti, que compartilhou com o país irmão grande parte do conhecimento técnico brasileiro e cubano na saúde com envolvimento da Fiocruz<sup>19</sup>.

Em uma segunda etapa, outras ações do Brasil seriam muito bem vindas no território haitiano, com vistas à construção de uma estabilização segura e duradoura:

- a) Solicitar ao TSE cooperação técnica com o CEP - Conselho Eleitoral Provisório do Haiti para a realização de eleições limpas e justas no Haiti, com a maior brevidade possível;
- b) Propor ao governo da República Dominicana a criação de casas de apoio aos imigrantes haitianos, com os recursos da comunidade internacional;

---

<sup>18</sup> Mais em <https://repositorio.iica.int/handle/11324/6965>

<sup>19</sup>

<https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/acordo-entre-brasil-cuba-e-haiti-e-a-maior-cooperacao-tecnica-do-brasil-2016-12-19>



- c) Facilitar a entrada de imigrantes haitianos ao território brasileiro, com o envio de mais recursos humanos para a Embaixada do Brasil em Port-au-Prince;
- d) Propor um grupo de diálogo para a paz com o apoio dos governos da Colômbia e de Cuba para a elaboração de um Acordo de Paz similar ao que ocorreu com as FARC com os integrantes do *G9 an Fanmi e Alye*, acusados de, sob a liderança de "Barbecue", impedir a circulação de pessoas e mercadorias (inclusive gasolina) no território haitiano;
- e) Relançar o Programa Pró-Haiti, da CAPES, destinado ao intercâmbio de estudantes haitianos às universidades públicas brasileiras que se perdeu em meio à ruptura de governo no Brasil, em 2016.
- f) Reforçar o aumento de vagas para estudantes haitianos nos Programas PEC-G e PEC-PG e cobrança de um Plano de Marketing da Embaixada do Brasil no Haiti para a devida divulgação deste Programa junto aos estudantes haitianos (as) interessados (as);
- g) Propor a criação de uma versão PROUNI-Haiti para que universidades particulares recebam estudantes haitianos;
- h) Realizar interlocução com a Agência Brasileira de Cooperação para a apresentação de um novo Programa de Cooperação Sul-Sul do Brasil com o Haiti, a partir das demandas da sociedade civil haitiana organizada;
- i) Solicitação de acesso aos relatórios de finalização e de processo destes Programas, incluindo o montante de recursos envolvidos.
- j) Fortalecimento do alcance e do mandato da Embaixada do Brasil em Port-au-Prince e do Centro Cultural Brasil Haiti;
- k) Apoio ao Programa de Intercâmbio artístico Haiti-Brasil: por meio deste Programa inovador, artistas haitianos dedicados às mais diferentes linguagens artísticas terão a oportunidade de vir ao Brasil por um período que pode variar de um a dois meses, para realizar trocas artísticas e desenvolver ou expor/apresentar seu trabalho, colaborando assim com a mudança da imagem do Haiti (retratado na grande mídia brasileira apenas como um país negro em crise permanente), permitindo a construção de pontes, modos de cooperação e inúmeras parcerias;
- l) Relançamento do Programa de Leitorado para o Haiti: a última edição ocorreu em 2008.

Em 1 de janeiro de 2024, o Haiti completará 220 anos de Independência do brutal colonialismo francês. Como forma de ressignificar a experiência haitiana como centro de nossas referências na América Latina, propomos uma edição temática da Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI – inspirada nos temas discutidos no lançamento da Iniciativa Brasil-Haiti, como forma de sinalizarmos ao Haiti nossa boa vontade, interesse, respeito e compromisso com todas as lutas anti-racistas no nosso continente.

A Iniciativa Brasil-Haiti se coloca inteiramente à disposição para dialogar e aprofundar quaisquer um dos temas propostos neste Plano de Segurança para Port-au-Prince

**Contato:** [iniciativabrazilhaiti@iquiteria.org](mailto:iniciativabrazilhaiti@iquiteria.org)

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2023.